

JUDICIÁRIO

Mulheres em desvantagem

No Dia da Democracia, Cármen Lúcia alerta para a violência contra a presença feminina na política: "Pouco a comemorar"

» LUANA PATRIOLINO

A lei que torna crime a violência política de gênero completou três anos, mas ainda é um desafio para as autoridades, principalmente, em período de eleições. O tema foi lembrado pela presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, no Dia Internacional da Democracia, celebrado ontem. Segundo ela, as mulheres têm "pouco a comemorar".

De acordo com dados da Corte, dos 155,9 milhões de eleitores, 81,8 milhões são mulheres, o que representa 52%. No entanto, das 462 mil candidaturas deste ano, apenas 34% são delas: 158 mil. Atualmente, há 674 prefeituras com administração feminina, entre os mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

Sendo essa a primeira eleição municipal desde a criação da lei, o Grupo de Trabalho do Ministério Público Federal (MPF) informou que acompanha em todo o país mais de 200 denúncias de violência política de gênero. O órgão também encaminhou cerca de 50 representações para a análise de procuradores regionais eleitorais para possíveis providências. Pelo menos 18 denúncias foram apresentadas à Justiça contra agressores.

Na semana passada, em sessão no Supremo Tribunal Federal (STF) — Cármen Lúcia é a única mulher entre os 11 magistrados —, a ministra afirmou que, no Brasil, "não há democracia de gênero" e "democracia de cores". "Nós, mulheres brasileiras, temos muito pouco a comemorar. Não há democracia de gênero, não há democracia de cores. Há uma verdadeira guerra. E contra as mulheres, de uma forma muito especial", disse.

A magistrada afirmou que houve cinco tentativas de assassinato de candidatas nas eleições municipais. "É uma intimidação violenta, feroz, cruel, que recrutou nos últimos dias", pontuou. "Quando uma mulher é violentada, é assediada, todas nós, mulheres no mundo, somos. Ninguém corta a cara apenas de uma mulher. Corta a cara de todas as mulheres do mundo", destacou.

A advogada Michelle Heringer, especialista em gerenciamento e enfrentamento ao assédio e à discriminação no trabalho, destacou que a agressão não é somente física, mas também psicológica — que visa deslegitimar, desqualificar e silenciar as vozes femininas no cenário político.

"Em ambientes políticos, também é comum que mulheres

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Única ministra na atual composição do STF, Cármen Lúcia costuma dizer que, quando uma mulher é agredida, "todas as mulheres do mundo" também são



Nós, mulheres brasileiras, temos muito pouco a comemorar. Não há democracia de gênero, não há democracia de cores. Há uma verdadeira guerra. E contra as mulheres, de uma forma muito especial"

Cármen Lúcia, ministra do STF

enfrentem assédio sexual, moral e discriminação. Essa forma de violência é usada como uma tática para desestabilizar e desmotivar mulheres que buscam exercer influência ou poder político", disse.

De acordo com a especialista, a violência de gênero é um problema complexo que afeta tanto a política quanto qualquer outro espaço em que a mulher busque a sua inserção.

"Silenciadas"

"A interseção entre essas esferas reflete e amplifica as desigualdades de gênero existentes. Para enfrentar essa questão de maneira eficaz, é necessário um esforço coordenado que inclua mudanças nas normas sociais e culturais, melhorias nas políticas e práticas institucionais e um compromisso contínuo com a Justiça e a

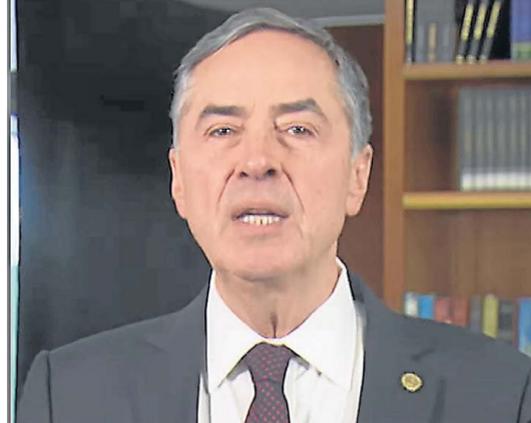
igualdade", apontou Heringer. A vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Lenda Tariana, ressaltou que a violência política de gênero desrespeita o princípio fundamental de igualdade e diversidade na política, além de comprometer a democracia.

"Quando mulheres são impedidas de exercer seus direitos políticos em segurança, toda a sociedade perde, pois suas vozes e suas perspectivas — fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e inclusivas — são silenciadas", disse.

Segundo ela, um dos grandes desafios é a construção de um ambiente seguro para que mulheres possam se candidatar, participar do debate político e atuar sem medo de retaliação. Ela destacou a responsabilidade das instituições neste processo.

Barroso: "Bênção viver em um país livre"

Reprodução/Instagram



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, celebrou ontem o Dia da Democracia. Em vídeo publicado pela Corte, lembrou a ditadura militar e citou que a democracia, apesar das dificuldades, é a forma de governo que garante a liberdade.

"Quando eu estava na faculdade, em outra vida, na segunda metade dos anos 70, havia censores nas redações dos jornais. Todas as músicas, antes de serem divulgadas, tinham que ser previamente submetidas ao departamento de censura. Havia presos políticos, e pessoas que denunciavam torturas. Havia muitos brasileiros no exílio. Isso que é uma ditadura", declarou o presidente do STF. Barroso argumentou que a democracia foi o modelo vitorioso no século 20, citando comunismo, fascismo, nazismo, regimes militares e fundamentalismos religiosos, e que, apesar das dificuldades, ainda é o modelo que garante os direitos das pessoas. "Viver em uma democracia oferece muitas dificuldades. Porém, é uma bênção poder viver em um país livre, e o próximo passo que nós precisamos dar é fazer com que o país, além de livre, seja um país justo", enfatizou o magistrado.

"A OAB, como uma instituição que defende o Estado Democrático de Direito, pode e deve se posicionar fortemente contra qualquer forma de violência que ameace a participação de grupos historicamente marginalizados na política, incluindo mulheres, e promover o desenvolvimento de políticas de proteção a essas candidatas", afirmou Lenda Tariana.

Iniciativas

Em 2021, foi sancionada a lei que alterou o Código Eleitoral e tornou crime a violência política de gênero. A legislação estabelece normas jurídicas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher nos espaços e nas atividades relacionadas ao exercício de seus direitos políticos.

Considerada a primeira lei sobre violência política, define que "toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher" representa violência política contra a mulher. A regra também garante a participação de mulheres em debates eleitorais e criminaliza a divulgação de fatos ou vídeos com conteúdo inverídico durante a campanha eleitoral.

Na semana passada, na sessão plenária do TSE, Cármen Lúcia criou o Observatório de Direitos Políticos Fundamentais da Mulher. As atividades do observatório serão divididas em três núcleos: direitos políticos e eleitorais; direitos à privacidade e à igualdade contra violências digitais; e direitos políticos fundamentais à igualdade de oportunidades para serem as mulheres social e politicamente aptas ao exercício de suas prerrogativas de nacionalidade e cidadania plena.

A advogada Jéssica Marques, especialista em direito penal, lembrou que a imunidade parlamentar propicia situações de violência e preconceito. Ela aponta que o direito não é absoluto. "Temos previsão de cotas, lei de combate à violência política contra a mulher, no entanto ainda existe a imunidade parlamentar que dificulta a responsabilização de eventuais agressores", disse.

Segundo ela, muitos agressores se escondem por trás de sua função para cometer flagrante violência moral e psicológica contra a mulher. "Não há dúvidas de que há a necessidade de se priorizar a conscientização da população com medidas preventivas de combate à violência contra a mulher em qualquer camada da sociedade", completou Marques.

SÉRGIO ABRANCHES

PRECISÁRIAMOS DE UM ESFORÇO GLOBAL SINCRONIZADO DE MAGNITUDE NUNCA ALCANÇADA. OLHAMOS OS DESASTRES COMO NATURAIS E MUITOS IMAGINAM QUE SEJAM INEVITÁVEIS. NÃO SÃO. SÃO EVENTOS EXTREMOS NA NATUREZA CAUSADOS PELA AÇÃO HUMANA. OS DESASTRES SÃO POLÍTICO-SOCIAIS, LOGO, EVITÁVEIS

No clima, o maior risco é político

Crescem as evidências de que podemos ter mudado de ciclo na crise ambiental e antecipado nossa entrada na fase de emergência climática. O mundo não fez o suficiente para desacelerar o aquecimento global e mitigar a mudança climática. Desde 2023, aumentaram as anomalias no clima. O aquecimento médio global chegou a 1,5°C em junho do ano passado, sete anos antes do previsto. A tragédia no Rio Grande do Sul. Megassecas em dois anos seguidos na Amazônia. Brutais incêndios florestais no Canadá e no Brasil. Ondas de calor mais mortais. Todos os oceanos com temperaturas acima da média ao mesmo tempo. As anomalias continuam no mesmo patamar, em 2024, um indicador de transição para um ponto mais grave e difícil de

reverter. Precisáramos de um esforço global sincronizado de magnitude nunca alcançada. Olhamos os desastres como naturais e muitos imaginam que sejam inevitáveis. Não são. São eventos extremos na natureza causados pela ação humana. Os desastres são político-sociais, logo, evitáveis. Os eventos em si são inevitáveis, mas se não chegarmos às áreas ocupadas não tem desastre.

Cobri as convenções do clima, as COP, até o Acordo de Paris. O que escrevi no livro sobre a COP-15, em Copenhague, 2009, continua valendo. Os acordos globais não passam do mínimo comum, só consensos magros são viáveis e, mesmo insuficientes, geram acaloradas negociações. Em Copenhague, houve avanço político: Estados

Unidos, China e Brasil deixaram de se negar a aceitar obrigações e admitiram fazer parte ativa do acordo. O Acordo de Paris, na COP-21, 2015, seis anos depois, foi resultado de um extraordinário esforço diplomático, construção lentamente negociada desde Copenhague. Em Durban, COP-17, 2011, houve a mudança que pavimentou o caminho até Paris. O acordo climático não seria mais de cima para baixo, e sim, de baixo para cima. A assembleia das nações-parte da convenção não definiria metas, elas seriam oferecidas pelos países, as NDC, contribuições determinadas nacionalmente.

A assinatura do Acordo de Paris foi muito festejada em todo o mundo, mas todos sabiam que as indicações de redução de emissões de gases

estufa pelos países eram insuficientes para evitar que ultrapássemos o aquecimento médio global de 1,5°C, definido no acordo. Essa temperatura significa o que vivemos em 23/24. Ano que vem, teremos a COP-30 no Brasil, em Belém-PA. Ela será marcada pelos desastres de 23/24 e pela decorrente revisão dos cenários pelo Painel Intergovernamental de Mudança Climática, IPCC. Na COP-28, 2023, em Dubai, houve um avanço mínimo. Pela primeira vez, os países aceitaram incluir na resolução final a meta de eliminar gradualmente o uso do petróleo, mas sem prazo. Ao mesmo tempo, o IPCC informou aos delegados que o mundo precisaria reduzir as emissões em 43% até 2030, para se manter no limite de aquecimento médio de 1,5°C. afirmou que será muito difícil manter o aquecimento abaixo de 2°C.

Está claro que não conseguiremos reduzir as emissões nesse volume em cinco anos. Não bastaria zerar o desmatamento na Amazônia e nas florestas do Congo e da Indonésia. Seria preciso acelerar a saída de cenários combustíveis fósseis. Chegar a 2°C nos daria um cenário devastador. Seria quase impossível salvar a Amazônia e boa parte do gelo perene. O aquecimento seria exponencial com as emissões de CO2 e de metano decorrentes. A política está sempre aquém do necessário. O corporativo não se move sem regulação e metas, definidas pelo Estado. Ouvi de mais de um executivo de companhia global que teremos que conviver por muito tempo com o petróleo. Não podemos. No debate com Donald Trump, Kamala Harris disse que a mudança climática é uma ameaça existencial. Está certa. Mas a transição energética

nos EUA é lenta. Trump acusou os que falam em mudança climática de querer destruir a economia de seu país.

O governo Lula é contraditório, um lado se esforça no combate ao desmatamento, que caiu. Outro lado trabalha para evitar a transição energética no tempo certo. O Congresso tem uma pilha de projetos que agravarão o desmatamento. Na Europa, com a guerra na Ucrânia e a piora do cenário geopolítico houve retrocesso na transição energética. As emissões de gases estufa cresceram 6% em 15/23, apesar de ficarem abaixo do nível de 2015 na pandemia e o PIB global crescer só 3,5%. Na emergência climática, o risco maior é político. O mundo não mostra ter condições e habilidade política para fazer o esforço conjunto da magnitude necessária para evitar que passemos de 2°C.